

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_\_/2001**  
**(Do Sr. Milton Monti)**

Acrescenta parágrafo ao artigo 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 20 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com o seguinte parágrafo:

“Artº 20 .....

§ - Os percentuais estabelecidos nas alíneas b e d do inciso II deste artigo poderão ser majorados, desde que haja disponibilidade financeira e ajuste com o Poder Executivo, respeitado o disposto no art. 19 desta lei.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposta objetiva a inclusão de parágrafo ao art. 20 da Lei complementar 101, de 4 de maio de 2000, com a finalidade de aprimorar o sistema por ela estabelecido, de modo a permitir o enfrentamento de situações de interesse público irrecusável, no que se refere às carências do Poder Judiciário e do Ministério Público, cuja atividade é essencialmente de prestação de serviço, sem romper com os mecanismos da gestão fiscal responsável.

Tal iniciativa visa, portanto, a flexibilizar os limites percentuais estabelecidos para o Poder Judiciário e o Ministério Público dos Estados, com efetivo respeito ao limite global de gasto com pessoal, estabelecido no artigo 19.

Além de respeitar os limites globais do artigo 19, a possibilidade prevista no parágrafo, ora acrescido, está condicionada a acordo com o Poder Executivo.

Essa flexibilização, repita-se, condicionada à acordo dos Poderes, é importante, pois o próprio Poder Executivo poderá ter como opção política incrementar e incentivar a prestação jurisdicional no Estado.

Ademais, a presente iniciativa trará indúvidoso aperfeiçoamento ao texto vigente, argüido de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, ao fundamento de que infringente dos princípios federativos.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares.

Sala das sessões, em

Deputado **MILTON MONTI**